

BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MADAN TANDUKAR
Passaporte: 06523993, Processo: 47039000812201576 Empresa: LEI-
CA DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. Prazo: 1
Ano(s) Estrangeiro: UWE WALTER LICHTENBERGER Passaporte:
C8Y37RFMV, Processo: 47039013032201413 Empresa: FUNDA-
CAO VALEPARAIBANA DE ENSINO Prazo: Indeterminado Es-
trangeiro: ARIAN OJEDA GONZALEZ Passaporte: I036259.

ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o defe-
rimento publicado no DOU nº. 25 de 05/02/2015, Seção 1, p. 75,
Processo: 47039.000873/2015-33, onde se lê: Estrangeiro: LILJA
ZILBERSTEIN, leia-se: Estrangeiro: LILJA EFIMOVNA ZILBERS-
TEIN.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o defe-
rimento publicado no DOU nº. 28 de 10/02/2015, Seção 1, p. 96,
Processo: 47039.000286/2015-44, onde se lê: Passaporte: 220147711,
leia-se: Passaporte: 221047711.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o defe-
rimento publicado no DOU nº. 25 de 05/02/2015, Seção 1, p. 75,
Processo: 47039.000873/2015-33, onde se lê: Passaporte:
C1M21L54T, leia-se: Passaporte: C1N21L54T.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o defe-
rimento publicado no DOU nº. 3 de 06/01/2015, Seção 1, p. 35,
Processo: 47039.013275/2014-43, onde se lê: Mãe: JI-YEON KANG;
Pai: JEONGHAE KIM, leia-se: Mãe: JEONGHAE KIM; Pai: DON-
GIL SHIN.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o defe-
rimento publicado no DOU nº. 25 de 05/02/2015, Seção 1, p. 74,
Processo: 47039.000167/2015-91, onde se lê: Mãe: RICARDO JOSE
DOS SANTOS MARQUES; Pai: MARIA HELENA PIRES MORA
PORTEIRO DOS SANTOS MARQUES, leia-se: Mãe: MARIA HE-
LENA PIRES MORA PORTEIRO DOS SANTOS MARQUES; Pai:
RICARDO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o defe-
rimento publicado no DOU nº. 28 de 10/02/2015, Seção 1, p. 95,
Processo: 47039.000365/2015-55, onde se lê: Mãe: CLARENCE
KAY ESAU, leia-se: Mãe: CLARENE KAY BULLER.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o defe-
rimento publicado no DOU nº. 28 de 10/02/2015, Seção 1, p. 96,
Processo: 47039.000927/2015-61, onde se lê: Prazo: 90 Mês(es), leia-
se: Prazo: 90 Dia(s).

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 20 de fevereiro de 2015

Tendo em vista a DECISÃO INTERLOCUTÓRIA exarada nos autos do Processo Judicial n.º 1000505-66.2015.4.01.3400, referente ao Mandado de Segurança, em trâmite perante a 5ª Vara Civil da Seção Judiciária do Distrito Federal, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; com supedâneo na Nota Técnica n.º 51/2015/AIP/SRT/MTE e na Portaria Ministerial n.º 326/2013, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, determina A SUSPENSÃO do ato que se perfizera com publicação no DOU n.º 236, Seção I, página 131, de 05/12/2014, que determinou a realização de assembléia geral de ratificação de criação do IAF - SINDICAL - Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia, CNPJ n.º 08.363.421/0001-99, sob argumentação da decisão exarada em sede de Recurso Ordinário nos autos n.º 75-2008-038-05-00-1, do TRT da 5ª Região.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RESOLUÇÃO Nº 4.597, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

Institui a Agenda Regulatória no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres para o biênio 2015/2016

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 25, inciso VIII da Resolução ANTT nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, fundamentada no Voto DCN - 053, de 11 de fevereiro de 2015, no que consta do Processo nº 50500.102762/2014-91;

CONSIDERANDO o Planejamento Estratégico aprovado pela Deliberação ANTT nº 63, de 27 de março de 2014; e

CONSIDERANDO o processo participativo e transparente de construção da agenda, que envolveu Consulta às Unidades Organizacionais, Consulta Interna e a Tomada de Subsídio nº 003/2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a Agenda Regulatória para o biênio 2015/2016, composta pelos seguintes Portfólios:

I - Eixo Temático 1 - Temas Gerais:

- Análise de pedidos de anuência para concessão de garantias em financiamentos;
- Comissões Tripartites;

- Receitas Alternativas;
- Revisão da Resolução ANTT nº 3.535, de 10 de junho de 2010;

- Revisão do Processo Administrativo Sancionador;
- Definição de procedimentos para o tratamento das manifestações dos usuários recebidas pela Ouvidoria;
- Declaração da regularidade contratual das delegatárias reguladas pela ANTT;
- Modelo e regras operacionais de Postos de Pesagem Veicular;

- Análise de risco em concessões;
- Regulamentação dos Atos e Documentos Administrativos e Regulatórios; e
- Procedimento de análise dos projetos de infraestrutura no setor de transportes para fins de aprovação ao Regime especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.

II - Eixo Temático 2 - Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal:

- Ano Civil - Ano Concessão;
- Definição dos preceitos de revisão ordinária, extraordinária e quinquenal;
- Uso e ocupação da faixa de domínio das rodovias federais concedidas;
- Revisão da metodologia de recursos destinados ao desenvolvimento tecnológico na área de engenharia rodoviária - RDT;
- Definição dos procedimentos e custos para trânsito de cargas especiais nas rodovias federais concedidas;
- Adequação da Resolução ANTT nº 1.187, de 09 de novembro de 2005;
- Isenção do Pagamento de Tarifa de pedágio para veículos oficiais;
- Revisão da Metodologia de Cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital;
- Definição dos elementos de projeto básico para novas outorgas para a exploração da infraestrutura rodoviária federal;
- Metodologia de cálculo do Fator X;
- Conteúdo mínimo para estudos de Polos Geradores de Tráfego;

- Locais seguros para estacionamento de caminhões, inclusive os que transportam cargas perigosas;
- Adequação da Resolução ANTT nº 3.576, de 02 de setembro de 2010, que dispõe sobre as especificações e preços dos Sistemas ITS (Intelligent Transportation Systems); e
- Habilitação de empresas certificadoras no âmbito da fiscalização das rodovias federais concedidas reguladas pela ANTT.

III - Eixo Temático 3 - Serviços de Transporte de Passageiros:

- Revisão da Regulamentação de Fretamento;
- Revisão da Resolução ANTT nº 1.432, de 26 de abril de 2006, que trata do transporte de bagagens e encomendas e definição das regras para o transporte de animais;
- Monitriip - Sistema de Monitoramento Automatizado;
- Implementação de melhorias no processo de registro de acidentes e assaltos;
- Inspeção Técnica Veicular;
- Revisão da Resolução ANTT nº 1.417, de 12 de abril de 2006, que fixa regras para utilização de veículos de terceiros;
- Revisão da regulamentação que trata das medidas administrativas e penalidades aplicáveis pela ANTT ao TRIIP;
- Sistema de Avaliação de Desempenho dos serviços regulares autorizados;
- Reavaliação das regras de alteração e modificação operacional;
- Requisitos mínimos para terminais e pontos de parada utilizados em serviços de características rodoviárias;
- Revisão da Resolução ANTT nº 1.928 de 28 de março de 2007, que dispõe sobre as tarifas promocionais oferecidas;
- Regras e procedimentos para a venda de passagens pela internet para os serviços do TRIIP;
- Perdimento de veículos flagrados na execução de transporte clandestino de passageiros;
- Revisão da Resolução ANTT nº 3.871, de 1º de agosto de 2012 que trata das condições de acessibilidade no TRIIP;
- Regulamentação do Transporte Ferroviário Regular de Passageiros; e
- Revisão da Regulamentação do Transporte Ferroviário Não Regular de Passageiros.

IV - Eixo Temático 4 - Transporte Ferroviário de Cargas:

- Regras de reversibilidade de bens;
- Regulamento de segurança na circulação de trens;
- Regras de exploração de faixa de domínio das ferrovias;
- Revisão da Resolução ANTT nº 2.695, de 13 de maio de 2008, que estabelece procedimentos para obtenção de autorização da ANTT para execução de obras na malha objeto da Concessão;
- Metodologia e procedimentos de revisão tarifária (2º ciclo);
- Regras para venda de capacidade operacional;
- Regras para operações acessórias;
- Requisitos técnicos do Regulamento do Operador Ferroviário Independente;
- Regras e procedimentos de fiscalização do serviço adequado;
- Regras para seguros nas concessões ferroviárias;
- Definição dos elementos básicos de Projeto para novas outorgas;

- Padronização dos sistemas de sinalização de comunicações ferroviárias;
- Sistema de Custos de Obras e Investimento Ferroviário - SICFER;

- Regras e procedimentos de fiscalização de ativos; e
- Regras e procedimentos de fiscalização de via permanente.

V - Eixo 5 - Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas:

- Revisão da Regulamentação do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas;
- Revisão da Regulamentação do Pagamento Eletrônico de Frete;
- Recadastramento dos transportadores rodoviários de carga no Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC);
- Implementação da prova eletrônica de conhecimentos específicos para o transportador autônomo de cargas (TAC) e para responsável técnico (RT);
- Compatibilização da Resolução ANTT nº 420, de 31 de julho de 2004, à 18ª edição do Orange Book; e
- Unificação das Resoluções que tratam do Vale-Pedágio obrigatório e Pagamento Eletrônico de Frete.
- Modelo de implementação e gestão de corredor multimodal.

Art. 2º Determinar que o aludido instrumento regulamentar seja disponibilizado para conhecimento dos interessados no sítio eletrônico da ANTT.

Art. 3º Imputar à Superintendência de Marcos Regulatórios - SUREG a coordenação das revisões ordinárias anuais e extraordinárias, e o acompanhamento da implementação da Agenda Regulatória em articulação com as demais unidades da Agência.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

Diretor-Geral

Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 4.601, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

Autoriza a abertura ao tráfego público ferroviário de cargas do contorno ferroviário de Araraquara, concedido à América Latina Logística Malha Paulista S.A - ALLMP.

O Diretor-Geral, em exercício, com fundamento no Art. 10, §6º, do Regimento Interno, Anexo da Resolução 3.000/09, e no que consta do Processo nº 50500.016357/2015-31, resolve:

Art. 1º Autorizar a abertura ao tráfego público ferroviário de cargas do contorno ferroviário de Araraquara, compreendido entre as estações de Ouro, no quilômetro 244,5, da linha Jundiá-Colômbia, e de Tutóia, no quilômetro sete, da linha Araraquara-Rubinéia, integrante da concessão outorgada à América Latina Logística Malha Paulista S.A. - ALLMP.

Art. 2º Determinar que o início da operação comercial fique condicionado à ligação do contorno de Araraquara aos pátios de Tutóia e Ouro, bem como a regularização do lastro em ambos os locais.

Art. 3º Determinar que a Velocidade Máxima Autorizada seja de 30 Km/h.

Parágrafo único. Após o tráfego de cem mil toneladas brutas, a VMA poderá ser alterada pela Superintendência competente, mediante solicitação da concessionária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 36, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50515.006574/2015-54, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de transmissão de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, por meio de travessia no km 621+760m, em São José dos Pinhais/PR, de interesse da Marumbi Transmissora de Energia S/A.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de transmissão de energia elétrica, a Marumbi deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Marumbi não poderá iniciar a implantação da rede de transmissão de energia elétrica objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Litoral Sul S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Marumbi assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de transmissão de energia elétrica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.